

“Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva

Jasbir Puar*

Resumo: Nas duas últimas décadas, a interseccionalidade tem sido compreendida por diversos feministas como a noção primária para a teorização da diferença, e atualmente essa é uma abordagem predominante em algumas correntes da teoria *queer* (cada vez mais conhecida como crítica *queer* de cor [do inglês, *queer of color critique*]). A interseccionalidade emergiu das lutas da segunda onda feminista como uma intervenção feminista negra fundamental, desafiando as ideias hegemônicas de raça, classe e gênero que existiam no âmago das correntes feministas, até então predominantemente voltadas para o público branco. No entanto, exatamente por e ao realizar essa intervenção, a interseccionalidade também gera uma irônica reificação da diferença sexual como a uma

* Professora Associada de Estudos de Gênero e da Mulher na Universidade Rutgers. Mestre em Estudos da Mulher pela Universidade de Nova York e doutorado em Estudos Étnicos pela Universidade da Califórnia, Berkeley, concluído em 1999. Autora de *Terrorist assemblages: homonationalism in queer times* (Durham: Duke University Press, 2007), pelo qual foi congratulada com o “Cultural Studies Book Award”, da Association for Asian American Studies. Autora de diversos artigos publicados em *Gender, Place and Culture*, *Social Text*, *Radical History Review*, *Antipode: a radical journal of geography*, and *Signs: journal of women in culture and society*. Seu trabalho também inclui a edição de um volume especial da GLO, intitulado “Queer tourism: geographies of globalization”, e a coedição de um volume da *Society and Space*, intitulado “Sexuality and Space”.

diferença fundamental que precisa ser rompida – em outras palavras, a diferença sexual e de gênero é entendida como a constante a partir da qual existem variações. A interseccionalidade e o agenciamento não são análogos em termos de conteúdo, de intenção e tampouco de utilidade, sendo às vezes concebidos como incompatíveis ou até mesmo antagonísticos. Neste artigo, apresento minhas ideias preliminares sobre os limites e as possibilidades de cada um desses conceitos e o que se pode conseguir quando se reflete um por meio do outro e, também, um com o outro. Quais são os pontos fortes de cada um nos domínios da teoria, política, organização, estruturas legais e método? Baseando-me no mapeamento dessas duas genealogias bifurcadas, apresento algumas ideias sobre a política de produção de conhecimento feminista – a qual tem sido conduzida pelo mandato, por vezes restritivo e indomável, da análise interseccionalista – para compreender quais tipos de futuro são possíveis para a teorização feminista.

Palavras chave: Interseccionalidade. Agenciamento. Direitos humanos.

1 INTRODUÇÃO

Em resposta à minha proposta em *Terrorist assemblages: homonationalism in queer times*¹ de que a interseccionalidade, entendida como orientação intelectual e ferramenta de intervenção política, deve ser suplementada – e de preferência também envolvida – por uma noção de agenciamento (*queer*), frequentemente me é solicitada uma explanação mais detalhada sobre as possibilidades políticas dos agenciamentos (*assemblages*). Conceito de destaque

¹ PUAR, Jasbir K. *Terrorist assemblages: homonationalism in queer times*. Durham: Duke University Press, 2007.

no trabalho de Gilles Deleuze e Félix Guattari², os agenciamentos parecem ter tido sua aplicabilidade política pouco validada ao longo do tempo – como se a interseccionalidade permanecesse inabalável na sua condição de modelo bem-sucedido de transformação política. Nas duas últimas décadas, a interseccionalidade tem sido compreendida por diversos feministas como a noção primária para a teorização da diferença, e atualmente essa é uma abordagem predominante em algumas correntes da teoria *queer* (cada vez mais conhecida como crítica *queer* de cor [do inglês, *queer of color critique*]). A interseccionalidade e o agenciamento não são análogos em termos de conteúdo, de intenção e tampouco de utilidade, sendo às vezes concebidos como incompatíveis ou até mesmo antagônicos. Embora, em termos analíticos, ambos os conceitos possam não ser conciliáveis, tampouco precisam ser antagônicos, devendo, em vez disso, gerar atrito. Neste artigo, apresento minhas ideias preliminares sobre os limites e as possibilidades de cada um desses conceitos e o que se pode conseguir quando se reflete um por meio do outro e, também, um com o outro. Quais são os pontos fortes de cada um nos domínios da teoria, política, organização, estruturas legais e método? Baseando-me no mapeamento dessas duas genealogias bifurcadas, apresento algumas ideias sobre a política de produção de conhecimento feminista – a qual tem sido conduzida pelo mandato, por vezes restritivo e indomável, da análise interseccionalista – para compreender quais tipos de futuros são possíveis para a teorização feminista.

2 A INTERSECCIONALIDADE E SUAS INQUIETAÇÕES

Já se passaram mais de vinte anos desde que Kimberlé Crenshaw escreveu seu artigo de vanguarda intitulado “Demarginalizing

² Cf. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *A thousand plateaus: capitalism and schizophrenia*. Tradução de Brian Massumi. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics”³, o qual, juntamente com seu artigo de 1991, “Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color”⁴, tornou-se seminal para a teorização sobre a interseccionalidade. Constituindo um discurso ativista e teórico sobre a “diferença” desenvolvido ao longo de vários anos por feministas negras nos Estados Unidos (*e.g.*, Audre Lorde e a organização de negras feministas Combahee River Collective⁵), a interseccionalidade consolidou-se como uma heurística feminista com a análise de Crenshaw sobre a doutrina jurídica da antidiscriminação. Crenshaw delineou três tipos de análise interseccionalista por ela considerados essenciais, quais sejam: (i) estrutural (abordando a interseção entre racismo e patriarcado em relação a agressão e estupro contra mulheres); (ii) política (abordando a interseção entre organização antirracismo e organização feminista); e (iii) representacional (abordando a interseção entre estereótipos raciais e estereótipos de gênero, particularmente no caso do grupo norte-americano de *hip-hop* “2 Live Crew”). A intervenção da autora nos paradigmas de identidades mutuamente excludentes consistiu em repensar a política identitária partindo “de dentro”, sobretudo de dentro das exclusões jurídicas sistêmicas.

³ CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum: feminism in the law: theory, practice and criticism*, Chicago, v. 1989, p. 139-167.

⁴ CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Califórnia, n. 6, p. 1.241-1.299, 1991.

⁵ Combahee River Collective foi um movimento feminista ativo em Boston de 1974 a 1980. Ficou conhecido por desenvolver conceitos como o de “identidade” usados entre os organizadores políticos e os teóricos jurídico sociais.

Uma breve análise desses e outros trabalhos de referência deixa evidente que a interseccionalidade emergiu das lutas da segunda onda feminista como uma fundamental intervenção feminista negra desafiando as ideias hegemônicas de raça, classe e gênero que existiam no âmago das correntes feministas, até então predominantemente voltadas para o público branco. No entanto, exatamente por e ao realizar essa intervenção, a interseccionalidade também gera uma irônica reificação da diferença sexual como a/uma diferença fundamental que precisa ser rompida – em outras palavras, a diferença sexual e de gênero é entendida como a constante a partir da qual existem variações. Como apontam teóricos do racismo transnacionalistas, pós-colonialistas e críticos, a centralidade do posicionamento dos sujeitos “mulheres brancas” tem sido reassegurada mediante a forma como a interseccionalidade tem sido empregada. A teoria da interseccionalidade argumenta que todas as identidades são vivenciadas e experienciadas como interseccionais (de tal forma que as próprias categorias são entrecortadas e instáveis) e que todos os sujeitos são interseccionais, independentemente de se reconhecerem ou não como tais. Contudo, o método da interseccionalidade é mais predominantemente utilizado para qualificar a “diferença” específica das “Mulheres de Cor”, uma categoria que agora se tornou, eu diria, simultaneamente vazia de significado específico, por um lado, e superestimada em seu emprego, por outro. Dessa forma, a interseccionalidade sempre produz um Outro, o qual sempre é uma “Mulher de Cor”, que deve, invariavelmente, mostrar-se como resistente, subversiva ou articuladora de um protesto. Mais precisamente, é a diferença das mulheres negras que domina essa genealogia do termo “Mulheres de Cor” (e, de fato, Crenshaw é clara ao focar a “experiência das mulheres negras” e postular “as mulheres negras como o ponto de partida”⁶ da sua análise). Portanto,

⁶ CRENSHAW, 1991, p. 1.243.

a consolidação da interseccionalidade como uma heurística dominante pode muito bem estar alicerçada em interesses por manter a “integridade” de uma discreta genealogia feminista negra, a qual não necessariamente tem ressonância na forma como a interseccionalidade de fato funciona. Por exemplo, embora o trabalho de Crenshaw esteja voltado para uma reconciliação do que é percebido como opções binárias irreconciliáveis no que diz respeito a gênero e raça, o trabalho seminal de Audre Lorde “Age, race, class, and sex: women redefining difference”⁷, de 1984, consiste em uma proposição dinâmica e afetivamente ressonante das subjetividades interseccionais vividas.

Essa irônica alterização da “Mulher de Cor” mediante de uma abordagem que busca reduzir essa mesma alterização é exacerbada pelo fato de que a interseccionalidade se tornou catéxica para o campo dos estudos da mulher como método primário, senão único, e o paradigma por meio do qual a vida das mulheres é compreendida e teorizada – um problema apontado tanto pelas feministas “Mulheres de Cor” como pelas feministas brancas. Essa questão se dá a despeito do fato de que há amplas diferenças no *locus* de onde emergem os interesses pela interseccionalidade. Na minha atuação profissional com pós-graduandos na Universidade Rutgers (EUA), encontrei diversas respostas descontraídas e exasperadas quanto à importância da interseccionalidade – diversidade essa em parte determinada por diferenças entre programas de estudos de gênero e da mulher e entre regiões geográficas. Entre os respondentes, estavam desde alunos que tinham considerável domínio do léxico “interseccionalidade” e guardavam confiança absoluta nos seus efeitos até aqueles que ainda precisavam descobrir a centralidade do conceito em pauta.

⁷ Cf. LORDE, Audre. Age, race, class, and sex: women redefining difference. In: _____. *Sister outsider: essays and speeches*, Berkeley: Crossing Press, 1984. p. 114-123.

A afirmação de que a interseccionalidade é o método feminista dominante pode ser colocada com tamanha veemência que um interesse em explorar outras abordagens, como o agenciamento (*assemblage*), acaba sendo considerado problemático e até mesmo faz com que feministas dedicadas à questão das “Mulheres de Cor” sejam enquadradas no âmbito de outras genealogias como “traidoras da raça” (*race traitors*). Essa acusação obviamente reforça o entendimento implícito de que a interseccionalidade é uma ferramenta para diagnosticar diferença racial. Apesar de décadas de teorização feminista sobre a questão da diferença, esta continua sendo uma “diferença ‘em relação a’”, ou seja, a diferença em relação à “mulher branca”. Essa é, também, uma irônica reificação da diferença social – por exemplo, Malini Joshar Schueller defende que a maioria do conhecimento formado sobre as “Mulheres de Cor” é produzido pelas próprias “Mulheres de Cor”, enquanto muitas feministas brancas, embora clamando a interseccionalidade como abordagem metodológica primária, continuam considerando basilar a diferença de gênero. De forma bem similar à linguagem da diversidade, a linguagem da interseccionalidade, sua própria invocação, ao que parece, serve amplamente de substituto para a própria análise interseccional.

Outras questões emergem quando a viabilidade da interseccionalidade na condição de marco teórico é reinserida em um cenário histórico e econômico alterado de capitalismo neoliberal e identidade. Em que consiste uma crítica interseccionalista – ou mais precisamente, o que faz essa crítica – em uma era de pluralismo neoliberal, com absorção e acomodação da diferença/ de todos os tipos de diferenças? Se de fato a interseccionalidade se tornou “hegemônica” nas últimas duas décadas – uma forma de tratar a diferença que conspira com as formas dominantes do multiculturalismo liberal – então seria o caso inferir que a força qualitativa da interpelação da “diferença *per se*” foi alterada

ou então colocada em dúvida? Cabe aqui sublinhar que minha preocupação não é com a intervenção formativa, gerativa e necessária do trabalho de Crenshaw, mas, sim, com a mudança na geopolítica da recepção e com uma tendência para a reificação na adoção da interseccionalidade. Será que a interseccionalidade se tornou, conforme alega Schueller⁸, um álibi para a recentralização das feministas liberais brancas? Em que consistiria uma teoria pós-estruturalista da interseccionalidade que possa vir abordar discursos multiculturalistas e pós-raciais de inclusão e desestabilizar a função protética das “Mulheres de Cor” para as mulheres brancas?

Essas perguntas também trazem à tona os problemas geopolíticos das análises interseccionais. Se, de um lado, como Avtar Brah e Ann Pheonix defendem, “antigos debates sobre a categoria da mulher assumiram nova urgência crítica”⁹ no contexto de eventos históricos recentes, como o 11 de Setembro e a ocupação do Afeganistão e do Iraque; por outro, os estudiosos transnacionalistas e pós-colonialista continuam apontando que as categorias privilegiadas pela análise interseccionalista não necessariamente cruzam fronteiras nacionais e regionais e tampouco se estendem além de exigências genealógicas, presumindo e produzindo versões epistemológicas estáticas das próprias categorias a despeito do *locus* histórico e geopolítico em pauta. De fato, muitas das estimadas categorias do mantra interseccionalista – originalmente voltado para a raça, classe e gênero e agora incluindo sexualidade, nação, religião, idade e deficiência – são o produto de agendas colonialistas modernistas e regimes de violência epistêmica, operantes mediante uma

⁸ Cf. SCHUELLER, Malini Johar. Analogy and (white) feminist theory: thinking race and the color of the cyborg body. *Signs: journal of women and society*, Chicago, n. 1, p. 63-92, 2005.

⁹ BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Ain't I a woman: revisiting intersectionality. *Journal of International Women's Studies*, Bridgewater, v. 5, n. 3, p. 76, 2004.

formação epistemológica ocidental/euro-americana através da qual toda a noção de identidade discreta tem emergido, por exemplo, em termos de sexualidade e império. Joseph Massad, com bastante perspicácia, aponta, em seu refinamento das ideias foucaultianas de sexualidade, que o projeto colonialista empregava a “sexualidade” enquanto um conceito que foi amplamente internalizado nos âmbitos intelectuais e jurídicos, mas que não foi desenvolvido enquanto um projeto hegemônico amplamente difundido¹⁰. Com efeito, parte do ponto de vista defendido por Massad é de que, embora nos preocupemos, por exemplo, com a globalização do termo *queer*, esquivamo-nos do problema muito mais grave da generalização e assumida transparência do termo sexualidade *per se* – uma categoria assumida como válida pelo projeto imperialista modernista; não apenas um marco epistemológico imposto, mas também ontologicamente presunçoso – ou, na realidade, uma captura epistemológica de um devir ontologicamente irreduzível.

Esses problemas são reproduzidos em discursos de direitos humanos feministas e *gays*/lésbicos. Como aponta Nira Yuval Davis,

a análise e metodologia da interseccionalidade, especialmente em órgãos vinculados à ONU, estão apenas emergindo e frequentemente padecem de confusões analíticas que já foram superadas por estudiosos feministas que há muito trabalham com essas questões...¹¹.

Para complicar ainda mais as excursões da teorização interseccionalista, tem-se que, nos Estados Unidos, a interseccionalidade adveio de um conjunto bastante específico de movimentos sociais, enquanto na Europa, onde o termo vem sendo atualmente

¹⁰ Cf. MASSAD, Joseph. How not to study gender in the arab world. *Lecture at Oberlin College*, Boston, out. 2009.

¹¹ YUVAL-DAVIS, Nira. Intersectionality and feminist politics. *European Journal of Women's Studies*, Londres, v. 13, n. 3, p. 206.

adotado de forma ampla, o interesse pela interseccionalidade não emerge de movimentos sociais. Esse interesse renovado pela interseccionalidade indica um reconhecimento bastante tardio da necessidade de teorizar raça e também funciona como uma forma de a área dos estudos da mulher na Europa “alcançar institucionalmente” o nível de desenvolvimento dos estudos da mulher já atingido nos Estados Unidos. Por essas razões, a categoria “nação” parece ser a menos teorizada e reconhecida das categorias interseccionalistas, apresentada sob uma forma de transparência globalizante. Os Estados Unidos são reproduzidos como o local dominante da investigação feminista com o uso da interseccionalidade como uma heurística para ensinar a diferença.

Portanto, a parcialidade euro-americana dos estudos da mulher e da história do feminismo é ironicamente reiterada pela interseccionalidade, ignorando a principal intervenção dos estudiosos feministas pós-colonialistas e transnacionalistas desde 1990, que, em parte, buscam desestabilizar a produção da categoria “Mulheres de Cor” centrada na ideia de nação¹². Uma questão final é que a interseccionalidade serve de reinvestimento problemático no sujeito, em particular no sujeito X. Rey Chow produziu a crítica mais contundente do que ela chama de “aprisionamento significativo pós-estruturalista”¹³, seriamente questionando se o sujeito marginalizado ainda é um *locus* viável para se produzir política e, mais ainda, se o sujeito é um precursor necessário da política. A “diferença” produz novos sujeitos de investigação que, assim, multiplicam infinitamente a exclusão para promover a inclusão. A diferença agora precede e define

¹² Cf. KAPLAN, Caren; GREWAL, Inderpal. *Scattered hegemonies: postmodernity and transnational feminist practices*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

¹³ CHOW, Rey. *The age of the world target*. Durham: Duke University Press, 2006. p. 53.

identidade. Parte da preocupação da estudiosa é que os esforços pós-estruturalistas, para atender à especificidade dos Outros se tornaram: 1) um projeto universalizante e 2) sempre em dívida com a autorreferencialidade do “centro” – o que é irônico, dado que a interseccionalidade agora passou a ser empregada como uma chamada para o antiessencialismo ou mesmo como uma forma deste¹⁴. A fadiga pós-estruturalista descrita por Chow é simples: o sujeito X pode ser diferente em termos de conteúdo, mas, repetidas vezes, é idêntico quanto à forma. (Podemos ver isso com a entrada tanto da identidade “trans” como da “deficiência” no movimento interseccionalista.)

3 CIBORGUES E OUTROS AGENCIAMENTOS AFINS

A literatura sobre interseccionalidade também tem sido incrementada por um foco na política representacional, sobretudo a partir dos trabalhos *Gender trouble*, de Judith Butler¹⁵, e *Can the subaltern speak*, de Gayatri Spivak¹⁶. Raramente os estudiosos voltados para o impacto e desenvolvimento da política representacional dialogam com aqueles convencidos do referente não representacional “da matéria *per se*”, como é o caso, dentre outros, de Donna Haraway¹⁷, Elizabeth Grosz¹⁸, Elizabeth

¹⁴ Cf. BRAH; PHOENIX, 2004, p. 76

¹⁵ Cf. BUTLER, Judith. *Gender trouble*. New York; London: Routledge, 1990.

¹⁶ Cf. SPIVAK, Gayatri C. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence. *Marxism and the interpretation of culture*. Illinois: University of Illinois Press, 1988. p. 271-313.

¹⁷ HARAWAY, Donna. Manifesto for cyborgs: science, technology, and socialist feminism in the 1980s. *Socialist Review*, Londres, n. 80, p. 65-108, 1985.

¹⁸ Cf. GROSZ, Elisabeth. *Volatile bodies*. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

Wilson, Karan Barad¹⁹, Patricia Clough, Dianne Currier²⁰, Vicky Kirby, Miriam Fraser e Luciana Parisi²¹. Despreocupados com a formação do sujeito, porém por diferentes razões, esses estudiosos feministas dos estudos da ciência e da tecnologia, influenciados pelo pensamento deleuziano, têm se voltado para a matéria corpórea, alegando que a sua liminaridade não é passível de ser capturada pelo posicionamento interseccional do sujeito. Esses estudiosos preferem a noção de que os corpos são agenciamentos instáveis que não podem ser decompostos de forma inconspícua em formações identitárias. Elizabeth Grosz, por exemplo, enfatizando suas essencializações espaciais e temporais, considera a interseccionalidade como “um modelo não dinâmico que não dá conta da indeterminação e constituição mútua das configurações corporizadas de gênero, sexualidade, raça, classe e nação”²².

Donna Haraway tem sido a representante mais influente desse grupo. Em um texto seminal no âmbito dessa literatura, a autora, de forma memorável, afirma, à última linha do seu ensaio original “A manifesto for cyborgs”²³, de 1985, que ela preferia ser um ciborgue a ser uma deusa, dando favorecimento à figura pós-moderna e tecnologizada do hibridismo tecno-humano – o corpo como um construto informacional – em detrimento da reivindicação de um passado racializado e matriarcal (assim invocando implicitamente esse binário entre interseccionalidade

¹⁹ Cf. BARAD, Karen. Posthumanist performativity: toward an understanding of how matter comes to matter. *Signs: journal of women and society*, Chicago, n. 3, p. 801-832, 2003.

²⁰ Cf. CURRIER, Dianne. Feminist technological futures: Deleuze and body/technology assemblages. *Feminist Theory*, Londres, n. 3, p. 321-338, 2003.

²¹ Cf. PARISI, Luciana. *Abstract sex: philosophy, technology, and mutations of desire*. London; New York: Continuum, 2004, p. 12.

²² Cf. GROSZ, 1994.

²³ Cf. HARAWAY, 1985.

e agenciamento). Embora diversos teóricos tenham criticado a alegoria de Haraway representando a “Mulher de Cor” como um ciborgue por excelência, dentre os quais se incluem Chela Sandoval²⁴ e Malini Joshar Schueller²⁵ (segundo os quais as “Mulheres de Cor” servem uma função protética para o mito do ciborgue, o que, como apontei anteriormente, não é diferente da função da “Mulher de Cor” em relação à interseccionalidade), vale destacar que ainda há uma séria interrogação quanto ao que essas teorias sobre matéria e materialidade podem trazer para as conceptualizações de interseccionalidade. Com efeito, Schueller argumenta que esse foco na matéria, amparado em estudos da ciência e tecnologia, gera é gerado por um desejo de se evitar teorizações sobre raça. Trata-se, certamente, de uma queixa legítima, a qual, contudo, ignora as questões que estão sendo aqui levantadas, quais sejam: aquelas relativas a uma crítica à performatividade linguística que assume que tudo reside no âmbito da significação. Para Haraway, embora a função dos ciborgues seja acabar com os binários – de homens e animais, de homens e máquinas e de físico e não físico –, um ciborgue na realidade habita uma interseção – de corpo e tecnologia, conforme Vicky Kirby, Dianny Currier e outros já apontaram. Dianne Currier escreve:

Na construção de um ciborgue, são adicionadas tecnologias para se ter impacto em um ‘corpo’ discreto não tecnológico e, em certo ponto, intersectá-lo. Portanto, à medida que o ciborgue híbrido é forjado na amálgama da tecnologia com um corpo, em um processo de adição, ele deixa praticamente

²⁴ Cf. SANDOVAL, Chela. *Methodology of the oppressed*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.

²⁵ Cf. SCHUELLER, 2005.

intactas essas duas categorias – corpo (humano) e tecnologia – que precederam a união, efetivamente reinscrevendo o ciborgue na lógica binária de identidade que Haraway espera superar²⁶.

Haraway, na verdade, não aborda umnexo humano/animal/máquina, embora teorizações mais recentes da linha divisória natureza/cultura (por exemplo, de Luciana Parisi) busquem delimitar o biofísico, o biocultural e o biodigital²⁷. A despeito disso, a questão sobre como o corpo é materializado – e não o que o corpo significa – permanece dominante nessa literatura.

O termo “agenciamento” (em português) ou *assemblage* (em inglês) é, na verdade, uma tradução desafortunada: o termo original, em francês, no trabalho de Deleuze e Guattari²⁸, é *agencement*, que significa *design*, leiaute, organização, arranjo e relações, tendo como enfoque não o conteúdo, mas as relações – relações de padrões. Tratando-se de *agencement*, como explica John Phillips em um ensaio recente, são precisamente as *conexões* específicas com outros conceitos que dão significado aos conceitos. Conforme escreve Phillips, a prioridade não está nem no estado de coisas (essência), nem na afirmação (enunciação), mas sim na conexão²⁹. Tratando-se do termo *assemblage* utilizado como tradução de *agencement* em inglês e também existente em francês, a ideia é mais de coleção, combinação, montagem, sendo utilizado em ambas as línguas para sinalizar colagem no âmbito da arte de vanguarda. (Então, uma questão que

²⁶ Cf. SANDOVAL, Chela. *Methodology of the oppressed*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000; e SCHUELLER, 2005.

²⁷ Cf. PARISI, Luciana. *Abstract sex: philosophy, technology, and mutations of desire*. London; New York: Continuum, 2004, p. 12.

²⁸ Cf. DELEUZE; GUATTARI, 1987.

²⁹ Cf. PHILLIPS, John. *Agencement/Assemblage. Theory Culture & Society*, Londres, n. 2-3, p. 108-109. 2006.

não posso responder, mas que assombra essa passagem da produção teórica francesa para o uso acadêmico em outros contextos, seria: quais são os efeitos produtivos desse “erro de” tradução?)

Há diversas formas de definir o que são agenciamentos, mas estou aqui mais interessada no que os agenciamentos fazem. Para os meus propósitos, os agenciamentos são importantes porque: a) desprivilegiam o corpo humano como uma coisa orgânica discreta. Como Haraway observa, o corpo não termina na pele. Deixamos rastros de DNA aonde quer que vamos; vivemos com outros corpos dentro de nós, micróbios e bactérias; estamos em meio a forças, afetos, energias; somos compostos de informação; b) os agenciamentos não privilegiam os corpos como humanos, tampouco como alojados em um binário humano/animal. Juntamente com a desexcepcionalização dos corpos humanos, múltiplas formas de matéria podem ser corpos – corpos de água, cidades, instituições, etc. Segundo a teoria da metafísica performática de Karen Barad, a matéria não é uma “coisa”, mas um “fazer”. Em particular, Barad desafia as noções dominantes de performatividade que operam mediante uma distinção implícita entre significação e aquilo que é significado, afirmando que a matéria não se materializa apenas por meio da significação por si só. Barad escreve:

Um entendimento performático das práticas discursivas desafia a crença no poder das palavras no que diz respeito a representar coisas preexistentes. A performatividade, devidamente construída, não é um convite a transformar tudo (inclusive os corpos materiais) em palavras; pelo contrário, a performatividade é precisamente uma contestação do excessivo poder conferido à linguagem na determinação do que é ou não realidade. Por conseguinte, em um irônico contraste com o monismo que considera a linguagem como a fonte da realidade, a performatividade é, com efeito, uma contestação dos hábitos não examinados

da mente que conferem à linguagem e outras formas de representação mais poder na determinação de nossas ontologias do que elas realmente merecem³⁰.

Barad apresenta uma abordagem pós-humanista que questiona as fronteiras entre o humano e o não humano, a matéria e o discurso, e interroga as práticas através das quais essas fronteiras são constituídas, estabilizadas e desestabilizadas; c) a significação é apenas um elemento dentre vários que dão a uma substância tanto significado como função. Em seu livro mais recente, *A new philosophy of society: assemblage theory and social complexity*, Manuel DeLanda faz o movimento radical de “tornar a linguagem a última”³¹. Nessa abordagem pós-estruturalista, o essencialismo, que geralmente é postulado como o oposto do construtivismo social, agora é perfeitamente inserido nos domínios da significação e da linguagem, ao que Delanda e outros têm denominado “essencialismo linguístico”. Como defende Barad, “à linguagem tem sido conferido demasiado poder”³² (o perigo da noção de “realismo ontológico” é que ele pode perfeitamente privilegiar uma verdade essencializada produzida através da matéria); d) por fim, tem-se que as categorias – raça, gênero, sexualidade – são consideradas eventos, ações e encontros entre corpos, e não meramente entidades e atributos dos sujeitos. Situados ao longo de um “eixo vertical e horizontal”, os agenciamentos passam a existir em processos de desterritorialização e reterritorialização. Em *A Thousand plateaus*, Deleuze e Guattari problematizam um modelo que produz uma constante a fim de estabelecer suas variantes. Em vez disso, como argumentam, os agenciamentos não

³⁰ BARAD, 2003, p. 802.

³¹ DELANDA, Manuel de: *A new philosophy of society: assemblage theory and social complexity*. Londres: Continuum, 2006. p. 16

³² BARAD, 2003, p. 801.

ênfatizam uma constante, mas sim uma “variação da variação” e, daí, a eventividade da identidade³³. DeLanda, portanto, defende que a raça e o gênero estão situados como atributos apenas no âmbito de um estudo do “padrão de conexões recorrentes, bem como das propriedades dessas conexões”³⁴.

4 REINTERPRETANDO A INTERSECCIONALIDADE COMO AGENCIAMENTO

Um dos exemplos fundacionais de Kimberle Crenshaw – o do cruzamento no trânsito –, com efeito, configura a interseccionalidade como um evento. Crenshaw escreve:

Considere uma analogia com o trânsito em um cruzamento, indo e vindo em todas as quatro direções. A discriminação, tal qual o trânsito em um cruzamento, pode fluir em uma direção, mas também pode fluir em outra. Se acontece um acidente no cruzamento, o evento pode ter sido causado por carros vindo de diversas das direções e, às vezes, de todas elas.

Posteriormente, a autora escreve:

Mas nem sempre é fácil reconstruir o acidente: às vezes, as marcas de deslizamento e as lesões simplesmente apontam que tudo aconteceu simultaneamente, frustrando todos os esforços de determinar quem causou o incidente. Nesses casos, a tendência parece ser que nenhum dos motoristas é responsável pelo evento; não há o que ser feito, cabendo a cada um dos envolvidos apenas voltar para seu carro e ir embora³⁵.

³³ Cf. DELEUZE; GUATTARI, 1987.

³⁴ DELANDA, 2006, p. 56.

³⁵ CRENSHAW, 1989, p. 149.

Como Crenshaw indica nessa descrição, a identificação é um processo e a identidade, um encontro, um evento, um acidente, de fato. As identidades são multicausais, multidirecionais, liminares; os traços nem sempre são claros. Nesse “dever da interseccionalidade”, há ênfase no movimento em vez de na inércia; em como a suspensão do movimento gera a necessidade de se localizar. O próprio acidente indica a emergência dos requisitos jurídicos padronizantes; há algum crime acontecendo? Como se determina de quem é a culpa? A interseccionalidade é, portanto, um paradigma muito mais poroso que o permitido pela padronização de método inerente a uma disciplina; a institucionalização dos estudos femininos nos Estados Unidos tem levado a demandas pela identificação de um sujeito ou sujeitos (sujeito X, na verdade) e um método.

Outra preocupação primária de Crenshaw diz respeito aos preconceitos estruturais da violência doméstica: acesso desigual aos serviços, parcialidades representacionais e representacionais no sistema legal. Nesse caso, quero voltar-me para um momento de *Parables for the virtual*, de Brian Massumi, em que o autor faz uma leitura da violência doméstica por meio do “espaço-evento do lar”³⁶. Para o autor, o evento não é definido como um ato discreto ou como uma série de ações ou atividades, mas, sim, como o “dobramento de dimensões de tempo uma na outra”³⁷. O dobramento e o desdobramento do tempo para dentro e para fora de cada uma das dimensões é o resultado da “conversão da distância superficial em intensidade, [que] também é a conversão da materialidade do corpo em um evento”³⁸. Com particular interesse em um suposto aumento da violência doméstica durante

³⁶ MASSUMI, Brian: *Parables for the virtual*: movement, affect, sensation. Durham: Duke University Press, 2002.

³⁷ MASSUMI, Brian: *Parables for the virtual*: movement, affect, sensation. Durham: Duke University Press, 2002.

³⁸ MASSUMI, 2002, p. 14.

o Superbowl Sunday [dia do campeonato anual da Liga de Futebol Americano], Massumi escreve:

A entrada do jogo nos lares, no auge da sua intensidade, abala o frágil equilíbrio do lar. Os padrões de relações entre os corpos domésticos são reproblematicados. O evento do jogo, momentaneamente, interrompe o padrão de relações extrínsecas geralmente aceitas entre os tipos domésticos, conforme tipificadas pelo gênero. Uma disputa se inicia: um gênero disputa em torno de códigos conflitantes de sociabilidade, direitos de acesso a porções da casa e seus conteúdos, bem como rituais de servidão. O local sócio-histórico do lar se converte em um espaço-evento. A televisão, repentinamente, sobressai entre os móveis, impondo-se como um sujeito-parte catalítico, ordenando corpos domésticos ao seu redor de acordo com os potenciais diferenciais geralmente conferidos ao seu tipo de gênero. Por um momento, tudo está no ar – e em torno do aparelho de televisão e entre a sala de estar e a cozinha. Na proximidade da televisão, palavras e gestos assumem uma intensidade inabitual. Tudo pode acontecer. O corpo masculino, sentindo o seu potencial, converte a heterogeneidade dos elementos da situação em uma prontidão reflexa à violência. O ‘jogo’ é fraudulentamente manipulado pela já constituída propensão masculina ao ataque. O padrão típico de relações é reimposto na unidade de movimento da mão contra a face. O golpe expressa a realidade empírica da situação: recontenção pela formação de poder dominada pelo homem no contexto doméstico. O evento sofre curto circuito. O evento é recapturado. O espaço-evento do lar volta ao lugar em que estava antes: um contêiner de relações assimétricas entre termos já constituídos de acordo com o gênero; retornando à domesticação; codificado como pertencimento, não devir³⁹.

³⁹ MASSUMI, 2002, p. 80-81.

Então, o que é que temos aqui? Em primeiro lugar, uma intensificação da relação do corpo consigo mesmo (uma definição de afeto), gerada não apenas pela significância do jogo, Superbowl Sunday, mas pela força e energia corpórea cedida a essa significância (saliente-se aqui a diferença entre significação e significância). Em segundo lugar, um foco nos padrões de relações – não nas entidades propriamente ditas, mas nos padrões nos quais elas se arranjam uma com as outras – não uma junção, mas um agenciamento. Em terceiro lugar, os corpos domésticos: a televisão como ator, um actante (Bruno Latour), como matéria com força ao determinar quem move onde, como e quando. A televisão é um condutor afetivo: “Na proximidade da televisão, palavras e gestos assumem uma intensidade inabitual”. Em quarto lugar, “tudo pode acontecer”. Um devir. Uma desterritorialização. Em quinto lugar, a identidade interseccional: o homem está sempre ideologicamente codificado como mais propenso à violência – um encerramento do devir. Por fim, o golpe: a mão contra a face. Reterritorialização.

Massumi disserta:

O ponto ao trazer essa questão não é entrar no debate sobre se há uma conexão causal empiricamente provável entre esportes profissionais e violência contra a mulher. A efusão da agressão verbal provocada pela mera sugestão de que haveria uma conexão é o bastante para estabelecer o ponto teórico em questão: o que a mídia de massa transmite não é fundamentalmente imagem-conteúdo, mas evento-potencial⁴⁰.

Portanto, essa interpretação do trabalho de Massumi não consiste em uma análise textual da possibilidade de que assistir a programas televisivos violentos gera violência ou sujeitos

⁴⁰ MASSUMI, 2002, p. 269, nota 5.

violentos. Não se trata de uma teoria de identificação dos telespectadores, mas, sim, de intensificação afetiva: o encontro entre tecnologia (a boa e velha televisão, nem sempre sendo necessário privilegiar a internet), corpos, matéria, movimentos moleculares, transferências de energia. Massumi insinua que, em última análise, a relação de posicionalidade em relação ao afeto, sentimentos e sensações é arbitrária. Portanto, uma política do afeto ressalta posicionamentos de sujeitos que são aparentemente irreconciliáveis. Diferentemente de Crenshaw, o enfoque aqui não é saber se está ou não acontecendo um crime, tampouco determinar de quem é a culpa, mas, sim, indagar quais são as condições afetivas necessárias para o espaço-evento se desdobrar. Nos termos feministas mais básicos, podemos interpretar o interesse de Massumi em deslindar o roteiro como o oferecimento de uma forma diferente de pensar sobre as questões que causam a violência doméstica e como podemos preveni-la.

5 DISCIPLINA E CONTROLE

Há obviamente muito mais a se dizer sobre tal exemplo. Certamente é verdade que esses teóricos (com exceção de Arun Saldanha) não tinham tido muito a dizer sobre raça. Concluindo, e em uma tentativa de sinalização das linhas de voo, cabe apontar que restrições de espaço impedem a continuidade deste ensaio, sendo minhas ideias sobre as limitações da interseccionalidade muito mais profundas do que apenas repensar sua especificidade contextual (e os gestos de Massad em relação a isso – não se trata apenas de incongruência epistemológica, mas, acima disso, de irreducibilidade ontológica⁴¹). Como defendi em *Terrorist assemblages*,

⁴¹ Cf. MASSAD, 2009.

independentemente do nível de interseccionalidade dos nossos modelos de subjetividade e independentemente do nível de consideração da política locacional de espaço, lugar e escala, essas formulações – esses refinamentos da interseccionalidade, por assim dizer, que continuam sendo demandados – podem ainda nos limitar caso presumam a primazia e singularidade automática do sujeito disciplinar e da sua interpelação identitária⁴².

Meu interesse em interrogar o predomínio do próprio sujeito é motivado, precisamente, pelas limitações da crítica pós-estruturalista que Rey Chow enfatiza, pelas preocupações com o limiar natureza/cultura e questões de linguagem e materialidade que os feministas da ciência e tecnologia têm destacado, pela atenção ao poder e afeto que os teóricos do agenciamento centralizam e, por fim, pela relação que eu própria faço de tudo isso com os debates sobre sociedades disciplinares e sociedades de controle com base no trabalho de Michel Foucault e nos desdobramentos dados por Deleuze. Na tradução para a língua inglesa das palestras de Foucault realizadas em 1977-1989, intitulada *Security, territory and population*, Foucault⁴³ distingue entre mecanismos disciplinares e aparatos de segurança, ao que Deleuze posteriormente denomina de “sociedades controle”. No que diz respeito à organização disciplinar da multiplicidade, Foucault escreve: “Disciplina é um modo de individualização das multiplicidades, e não algo que constrói um conjunto de múltiplos elementos com base em indivíduos que são trabalhados, antes de tudo, como indivíduos⁴⁴.”

⁴² PUAR, 2007, p. 206.

⁴³ FOUCAULT, Michel: *Security, territory, population: lectures at the College de France: 1977-1978*. Tradução de Graham Burchell. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

⁴⁴ FOUCAULT, 2007. p. 12.

Muitas relações entre disciplina (exclusão e inclusão) e controle (modulação, ajuste fino) têm sido apresentadas ultimamente: primeiramente, como diversas etapas sobrepostas, porém progressivas, do capitalismo de mercado e governabilidade; segundo, como modelos e exercícios coexistentes de poder; terceiro, controle como efeito de aparatos disciplinares – controle como a epítome de uma sociedade disciplinar por excelência (em que formas disciplinares de poder ultrapassam seus lugares para se reproduzirem em outros sítios); e, por fim, como Foucault sugere acima, marcos disciplinares em resposta ao controle. Parece-me – e eu apresento essas questões como preliminares e aponto que estou trabalhando nelas ainda – que a crítica interseccionalista vem tanto intervindo nas estruturas legais e capitalistas que demandam a estabilidade dos direitos que instituem o sujeito como reproduzindo as demandas disciplinares da formação do sujeito⁴⁵. Como Norma Alarcon profeticamente indagou em 1984, em sua crítica à publicação de *This bridge called my back*, vamos fazer do mundo todo um sujeito?⁴⁶ Nesse impasse produtivo, então, está a seguinte contradição: de um lado, a heurística da interseccionalidade tem gerado uma proliferação de trabalhos sobre ‘Mulheres de Cor’ e, ao mesmo tempo, eximindo as feministas desse trabalho, recentralizando a diferença sexual e de gênero como fundacional e primária; de outro, “nós” podemos estar atingindo uma fadiga pós-estruturalista em torno da noção do próprio sujeito.

Portanto, abandonar o agenciamento em favor da manutenção de abordagens identitárias interseccionalistas é perder as formas

⁴⁵ MORAGA, Cherrie; ANZALDUA, Gloria: *This bridge called my back: writings by radical women of color*. Nova Iorque: Kitchen Table/Women of Color, 1984.

⁴⁶ ALARCON, Norma: The theoretical subject(s) of ‘this bridge called my back’ and anglo-american feminism. in: ANZALDUA, Gloria Ed.). *making face, making soul/hacienda caras: creative and critical perspectives by feminists of color*. San Francisco: Aunt Lute, 1990, p. 356-369. p. 361

pelas quais as sociedades de controle apreendem e produzem corpos como informação, como matéria que funciona ou não predominantemente por meio de significação, como modulação de capacidades, como indivíduos em populações com qualquer matriz de diversos pontos de comutação (e não pela interpelação althusseriana *per se*) e corpos *surveillés* não em posições de identidade apenas, mas mediante tendências afetivas e probabilidades estatísticas. No entanto, conceber a interseccionalidade como uma relíquia arcaica de política identitária é cair na fantasia de inclusão sem fim de corpos dotados de capacidade, ignorando totalmente a possibilidade de alguns corpos – podemos chamá-los de dados estatísticos atípicos, ou aqueles que são destinados à morte prematura, ou aqueles outrora considerados corpos inúteis ou corpos de excesso –, disciplina e punição serem muito bem ainda um modo primário de aparato de poder. Há diferentes problemas conceituais apresentados em cada caso; a interseccionalidade tenta compreender instituições políticas e suas formas corolárias de normatividade social e administração disciplinar, enquanto o agenciamento, em um esforço de reintroduzir a política no âmbito político, indaga o que está antes e além do que acaba sendo estabelecido. Então, parece-me que uma das maiores vantagens de se pensar partindo do entrelaçamento das noções de interseccionalidade e agenciamento é que ele pode nos ajudar a produzir mais caminhos para essas relações não totalmente compreendidas entre disciplina e controle.

Retomando o título deste ensaio, e a justaposição que Haraway (infelizmente, mas prescientemente) apresenta, será que eu realmente preferia ser um ciborgue a ser uma deusa? O primeiro aclama o futuro em um determinismo tecnológico teleológico – cultura – que não somente parece demasiadamente determinante, mas que também excepcionaliza nossas tecnologias atuais. O segundo – natureza – está incorporado nos mitos matriarcais racializados das narrativas de reivindicação feminista. Certamente soa mais *sexy* nos dias atuais

reivindicar a posição de ciborgue do que de deusa. Porém, para que separar os dois quando certamente deve haver deusas-ciborgueanas em nosso meio? Esse seria um agenciamento devir-interseccional que eu realmente gostaria de ver acontecer.

**“I would rather be a cyborg than a goddess:
intersectionality, assemblage, and affective politics**

Abstract: Intersectionality is thought by many feminists to be the primary rubric for theorizing difference for the past two decades, and is now a prevalent approach in some strands of *queer* theory (increasingly known as “*queer of colour critique*”). Intersectionality emerged from the struggles of second wave feminism as a crucial black feminist intervention challenging the hegemonic rubrics of race, class, and gender within predominantly white feminist frames. But, in precisely in the act of performing this intervention, it also produces an ironic reification of sexual difference as a/the foundational one that needs to be disrupted – that is to say, sexual and gender difference is understood as the constant from which there are variants. Intersectionality and assemblage are not analogous in terms of content, intent, nor utility, but they have at times been produced as somehow incompatible or even oppositional. In what follows, I offer some preliminary thoughts on the limits and possibilities of each of these and what might be gained by thinking them through and with each other. What are the strengths of each in the realms of theory, politics, organizing, legal structures, and method? Through the mapping of these two bifurcated genealogies, I offer some thoughts on the politics of feminist knowledge production – which has been driven, sometimes single-mindedly, by the mandate of intersectional analysis – to see what kinds of futures are possible for feminist theorizing.

Keywords: Intersectionality. Assemblage. Human rights.

REFERÊNCIAS

ALARCON, Norma: The theoretical subject(s) of ‘this bridge called my back’ and anglo-american feminism. in: ANZALDUA, Gloria Ed.). *making face, making soul/hacienda caras: creative and critical perspectives by feminists of color*. San Francisco: Aunt Lute, 1990. p. 356-369.

BARAD, Karen. Posthumanist performativity: toward an understanding of how matter comes to matter. *Signs: journal of women and society*, Chicago, n. 3, p. 801-832, 2003.

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Ain’t I a woman: revisiting intersectionality. *Journal of International Women’s Studies*, Bridgewater, v. 5, n. 3, p. 75-86, 2004.

BUTLER, Judith. *Gender trouble*. Nova Iorque; Londres: Routledge, 1990.

CHOW, Rey. *The age of the world target*. Durham: Duke University Press, 2006.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum: feminism in the law: theory, practice and criticism*, Chicago, v. 1989, p. 139-167.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Califórnia, n. 6, p. 1.241-1.299, 1991.

CURRIER, Dianne. Feminist technological futures: Deleuze and body/technology assemblages. *Feminist Theory*, Londres, n. 3, p. 321-338, 2003.

DELANDA, Manuel de. *A new philosophy of society: assemblage theory and social complexity*. Londres: Continuum, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix: *A thousand plateaus: capitalism and schizophrenia*. Tradução de Brian Massumi. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Security, territory, population: lectures at the College de France: 1977-1978*. Tradução de Graham Burchell. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

GROSZ, Elisabeth. *Volatile bodies*. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

HARAWAY, Donna. Manifesto for cyborgs: science, technology, and socialist feminism in the 1980s. *Socialist Review*, Londres, n. 80, p. 65-108, 1985.

KAPLAN, Caren; GREWAL, Inderpal. *Scattered hegemonies: postmodernity and transnational feminist practices*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

LORDE, Audre. Age, race, class, and sex: women redefining difference. In: _____. *Sister outsider: essays and speeches*. Berkeley: Crossing Press, 1984. p. 114-123.

MASSAD, Joseph. How not to study gender in the arab world. *Lecture at Oberlin College*, Boston, out. 2009.

MASSUMI, Brian. *Parables for the virtual: movement, affect, sensation*. Durham: Duke University Press, 2002.

MORAGA, Cherrie; ANZALDUA, Gloria. *This bridge called my back: writings by radical women of color*. Nova Iorque: Kitchen Table/*Women of Color*, 1984.

PARISI, Luciana. *Abstract sex: philosophy, technology, and mutations of desire*. London; New York: Continuum, 2004.

PHILLIPS, John. Agencement/Assemblage. *Theory Culture & Society*, Londres, n. 2-3, p. 108-109. 2006.

PUAR, Jasbir K. *Terrorist assemblages: homonationalism in queer times*. Durham: Duke University Press, 2007.

SANDOVAL, Chela. *Methodology of the oppressed*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000; e SCHUELLER, 2005.

SCHUELLER, Malini Johar. Analogy and (white) feminist theory: thinking race and the color of the cyborg body. *Signs: journal of women and society*, Chicago, n. 1, p. 63-92, 2005.

SPIVAK, Gayatri C. Can the subaltern speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence. *Marxism and the interpretation of culture*. Illinois: University of Illinois Press, 1988. p. 271-313.

YUVAL-DAVIS, Nira. Intersectionality and feminist politics. *European Journal of Women's Studies*, Londres, v. 13, n. 3, p. 193-209, 2006.

Enviado em 22 junho de 2013.
Aceito em 15 de novembro de 2013.